

ORÇAMENTO EM DISPUTA: PAGAR SALÁRIOS OU JUROS A BANQUEIROS

A reação do Supremo Tribunal Federal à tentativa da presidenta Dilma Rousseff de excluir os reajustes do Judiciário e MPU da proposta orçamentária é uma vitória da longa luta dos servidores pelo PCS-4.

Já há algum tempo, a categoria decidiu em seus fóruns que era preciso pressionar o presidente do STF, Cezar Peluso, e forçá-lo a defender a autonomia dos poderes. Isso foi feito com atos, paralisações, greves, caravanas a Brasília e contatos constantes com ministros e direção de tribunais.

Mas a mensagem posteriormente enviada por Dilma ao Congresso junto com a proposta aprovada pelos tribunais mostra que o governo não desistiu de impedir os reajustes. E usa a crise econômica para isso. Dilma recuou atirando e 'passou a bola' para o Legislativo. O que é falso.

Afinal, o governo não se cansa de interferir no Congresso. Usa, inclusive, meios ilícitos, como cargos, liberação de emendas parlamentares e ameaças de retaliação. O STF está para julgar o 'mensalão', um esquema de mesadas a deputados para forjar maioria e aprovar, por exemplo, os ataques à aposentadoria contidos na reforma da Previdência de 2003.

A disputa do orçamento está aberta. De um lado, os projetos que revisam salários (PL 6613 e PL 6697), além dos reajustes de juizes e procuradores. De outro, a intenção do governo de aumentar a meta de superávit primário para pagar juros a banqueiros.

A base parlamentar governista já estaria articulando uma saída que exclui os servidores, ou reduz muito os percentuais, e mantém apenas algum reajuste para os magistrados.

Setor majoritário da Fenajufe não pode vender ilusões

O momento é decisivo. É hora de mais mobilização: ampliar a pressão sobre STF, governo e parlamentares e debater nas assembleias a possível retomada da greve. Servidores de Mato Grosso, Bahia e Pará já se mantêm heroicamente na greve.

A federação nacional (Fenajufe) tem que convocar a luta. O setor majoritário na diretoria, ligado ao governo, não pode vender ilusões: Dilma já definiu o lado que está e não é o dos servidores. Repetir o segundo semestre de 2010, quando apostou na negociação pós-eleições e não na mobilização, conduzirá a categoria à derrota.

Também não há espaço para divisão. É unir forças. O silêncio e a omissão será fatal. A construção das mobilizações pode ser fator decisivo para derrubar o congelamento salarial.

É preciso preparar a greve

Pressão fez STF reagir; mas Dilma declara guerra

Mobilização dos servidores pode ser decisiva na luta pelo PCS-4 após reviravolta no orçamento: é hora de aumentar a pressão e debater o retorno à greve nacional;

Governo mantém veto a reajustes e usa 'crise' e cargos para enquadrar parlamentares. Orçamento em disputa: recursos podem revisar salários de milhares ou pagar juros a banqueiros;

Reação do STF, após campanha da categoria, é uma vitória; mas é preciso manter pressão sobre governo, Congresso e Supremo: servidores só podem confiar na força de sua luta.

Foto: Samuel Tosta



Marcha que levou mais de 20 mil a Brasília no dia 24 de agosto: não vamos pagar pela crise

NOSSA OPINIÃO

A escolha entre social ou salários é falsa

O governo Dilma Rousseff tenta plantar a ideia de que o momento exige uma escolha: reajustar os salários dos servidores ou investir em saúde, educação e outras áreas sociais. Isto é falso e o próprio governo, noutro contexto, o admite involuntariamente.

Toda economia de dinheiro é direcionada para objetivo único: fazer superávit primário para pagar juros das dívidas públicas, ao custo das taxas mais altas do mundo.

Quando anunciou, em agosto, a economia adicional de mais R\$ 10 bilhões no orçamento de 2011, decorrente do aumento na arrecadação, o ministro Guido Mantega (Fazenda)

disse que a medida destinava-se ao pagamento de juros da dívida e a deter a aprovação de projetos que representem gastos no Congresso. Vejamos o que disse: "Este ajuste se dá para impedir o aumento de gastos correntes, ele não compromete nenhum programa social mas caminha no sentido de impedir que haja elevação de gastos correntes, que poderiam ser aprovados no Congresso".

Agora, o governo diz que para pagar os servidores é preciso retirar do social, como se não existisse essa economia ou os quase R\$ 300 bi já reservados no orçamento deste ano também para pagar juros, em patamares injustificáveis, e enrique-

cer mais os banqueiros. Ou como se, há pouco, não tivesse dado a grandes empresários R\$ 25 bilhões em renúncia fiscal e desonerado a folha de setores da economia.

É desonesto usar questões sociais para justificar mais arrocho. Questões sociais esquecidas quando o assunto é liberar bilhões dos cofres públicos para construir estádios para a Copa, enquanto desabrigados das chuvas do ano passado, seja no Rio ou em Alagoas, seguem vivendo em abrigos.

Que ninguém se iluda: conquistamos ou não o reajuste, nenhum centavo deste dinheiro irá para saúde ou educação.

Unir a categoria para defender direitos e derrubar 'reajuste zero' de Dilma

Em momento decisivo, unidade é indispensável para enfrentar o governo e pressionar o STF, o que não é possível com proposta que retira direitos e prejudica boa parte da categoria

É preciso unir a categoria para derrubar o congelamento salarial, eleito pelo governo como um dos pilares para 'enfrentar' a crise econômica. Hoje, porém, a unidade só nos parece possível com a defesa do PCS-4.

São os projetos que revisam os planos de cargos que estão na Câmara e que norteiam hoje tanto as negociações quanto o embate entre o Supremo Tribunal Federal e o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Para além disso, não é razoável supor que uma categoria possa estar unida em torno de uma proposta, como o subsídio, que retira direitos consolidados. Apostar nesta via é, obrigatoriamente, trilhar o caminho da divisão.

A remuneração por meio de subsídio não é uma conquista. É herança do governo de Fernando Henrique Cardoso, que se notabilizou por privatizar serviços públicos e cortar mais de 50 direitos do funcionalismo.

Este modelo de remuneração é parte dos ataques ao servidor basicamente por dois motivos: 1) Porque retira direitos consagrados através de muita luta no Regime Jurídico Único e na Constituição, como hora extra,

Foto: Samuel Tosta



Servidores do Judiciário e MPU na marcha a Brasília, em agosto

adicionais de insalubridade e por trabalho noturno, além de 'zerar', sem quitar, eventuais passivos trabalhistas; 2) E porque integra a política de dividir o funcionalismo e afastá-lo ideologicamente da defesa dos direitos de sua classe. Isto ocorre até mesmo dentro da mesma categoria, já que em geral os servidores de nível médio são excluídos do subsídio.

Todo debate é válido e deve ser respeitado. Da mesma forma, toda decisão da categoria também. A defesa do PCS-4 não saiu do nada. É fruto de uma luta e de debates que já duram mais de dois anos. No entanto, a direção do Movimento Pró-Subsídio jamais as respeitou.

É ainda um erro gritante acreditar na 'história' de que o governo quer dar

o reajuste por meio do subsídio mas não dá porque os sindicatos não querem. A proposta do governo é reajuste zero, com salários congelados por dez anos. A presidenta Dilma age para derrubar os projetos que estão no Congresso, finalmente de fato defendidos pelo STF.

Aprovar o PCS e construir as bases da luta pela carreira

O momento é de unidade. E isso é possível com o PCS-4: que não retira direitos e descongela os salários de todos os servidores. Seria suicídio neste momento decisivo, em que o embate entre o Supremo e o governo está declarado, defender outra proposta que começaria do zero e fomentaria a divisão: é o que o governo precisa para derrotar os servidores e, no máximo, atender a alguma coisa de juizes e procuradores; e deixaria o STF à vontade para abandonar o projeto dos servidores.

As distorções existem e devem ser combatidas. A aprovação do PCS-4 pode construir as bases de campanha de fôlego pelo plano de carreira. Lutemos juntos por ele para derrubar o congelamento que atinge a todos os trabalhadores do Judiciário e do MPU.

Direção do Movimento Pró-Subsídio escolheu como inimigo o alvo errado

Os dirigentes do Movimento Pró-Subsídio escolheram como inimigo o alvo errado. Enquanto nada falam sobre os discursos do governo contra a categoria e qualquer possibilidade de reajuste, miram suas armas para os servidores mais antigos do quadro, para aposentados, sindicatos e a organização nacional do setor.

Os servidores mais antigos não são os responsáveis pelas distorções salariais ou pelo congelamento.

Na audiência pública ocorrida na Comissão de Finanças e Tributação da

Câmara, o representante do Movimento Pró-Subsídio por diversas vezes criticou o PL 6613/2009 dizendo que ele teria custo altíssimo e absurdo de R\$ 8 bilhões (reparem que nem governo, nem STF e nem mesmo a mídia chegam a falar em R\$ 8 bilhões).

Só parou de insistir nisso quando perguntou ao secretário de RH do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, o 'quanto menor seria o impacto da emenda do subsídio' e ouviu calado este responder que as planilhas que tinha em mãos indica-

vam que a emenda seria mais cara que o PL original. Também atacou os aposentados e os servidores mais antigos do quadro.

Ao falar dos aposentados, a liderança deste movimento disse que, por falta de tempo, não se estenderia, mas que estes estavam numa situação 'ainda melhor que os antigos da ativa'. Disse isso no mesmo dia em que o relator do PL 1992 (que acaba com a aposentadoria integral dos novos servidores), deputado Silvío Costa (PTB-PE), que deve ser

denunciado pelos sindicatos, dissera, pouco antes, que o direito à aposentadoria integral é uma 'boquinha' e 'uma mamata' que tem que acabar.

Enquanto os ataques aos colegas e aos sindicatos que reúnem mais de 50 mil filiados foram muitos, nem uma palavra do representante Pró-Subsídio sobre a política de congelamento salarial do governo.

Ao mirar suas armas contra o alvo errado, a cúpula do Movimento Pró-Subsídio – que, não temos dúvida, age à revelia mesmo dos servidores na base que consideram o subsídio uma opção melhor – ajuda a dividir a categoria e facilita o governo na sua meta de impor o congelamento salarial por dez anos.

Não bastasse isso, fazem coro com os setores mais reacionários da nossa política, que, do alto de seus gordos salários, se opõem a qualquer garantia de atualização salarial e de respeito à data-base para os servidores.

Economia de 1 mês para pagar juros equivale a quase dois PCS-4

Economista analisa dados do Banco Central e mostra que há recursos para o PCS e que só opção por especuladores justifica discurso do governo

O superávit primário do setor público no mês de julho para pagar juros da dívida pública, divulgado pelo Banco Central, é suficiente para cobrir o custo anual integral do PCS-4 do Judiciário Federal e ainda sobrar R\$ 6,41 bilhões.

O alerta é do economista Washington Lima, do departamento de Economia do Sintrajud, em documento no qual analisa as contas do governo e as compara aos

custos do projeto que revisa o plano de cargos e salários.

O superávit em julho foi de R\$ 13,8 bilhões, segundo nota divulgada pelo BC, nove vezes superior ao do mesmo mês no ano passado, que foi de R\$ 1,5 bilhão. Segundo o economista, no ano, o superávit primário acumula R\$ 92 bilhões (4% do PIB – Produto Interno Bruto), 111% superior aos R\$ 43,6 bilhões (2,12% do PIB) do mesmo período de 2010.

A diferença, de R\$ 48,4 bilhões a mais, seria suficiente para pagar 6,5 PCS, de acordo com estimativa que avalia um impacto bruto de R\$ 7,39 bilhões para o plano.

Dinheiro, portanto, existe. O que está em discussão é se ele será usado para valorizar salários e melhorar os serviços públicos ou para enriquecer banqueiros, com base na injustificável maior taxa de juros do mundo.

LUTA FENAJUFE!
Organizar os lutas no Judiciário e MPU

Jornal do Movimento Nacional de Oposição no Judiciário Federal e Ministério Público da União

Jornalista responsável:
Hélcio Lourenço Duarte Filho